

**ACTA N.º 1/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2014.**

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira e onde compareceram os Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar e Francisco José Saturnino Cunha e ainda Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.

Verificando-se quórum, o Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quinze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 8 de janeiro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 209.643,85

ATAS

Ata n.º 3/2013 de 22/11/2013 – O Presidente da Câmara pôs a ata à discussão. Não se registando qualquer proposta de alteração, foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara iniciou este período desejando um Bom Ano a todos os presentes e a todos os alpiarcenses, dando a palavra aos vereadores.

O Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção desejando um Bom Ano a todos os presentes e a todos os alpiarcenses, que o ano de 2014 seja melhor do que o de 2013 e que nós possamos entrar aqui num trabalho importante e profícuo. Continuou dizendo que na última reunião entregou uma série de protestos no sentido de uma série de informação que tem vindo a ser pedida lhe ser facultada e continua à espera dessa documentação e fica a aguardar que na próxima reunião a documentação lhe seja entregue. Disse ter entregue algumas propostas e que ainda não foram trazidas pelo Presidente da Câmara ao Executivo para análise, discussão e votação. Relativamente ao Boletim Municipal disse ter sugerido que a oposição pudesse ter algum espaço nessa publicação e disse esperar que o Presidente da Câmara se

pronunciasse sobre isso. Depois o Vereador chamou a atenção do Presidente da Câmara para duas situações ocorridas com os Bombeiros Municipais de Alpiarça, uma em que teria havido um acidente na fábrica da Monliz e a ambulância demorou mais de meia hora a chegar e a outra um incêndio urbano em que a sirene teve de tocar duas vezes porque os bombeiros não apareceram à primeira chamada, alegando que teria sido uma situação inédita em Alpiarça. O Vereador disse que cada vez estava mais convencido que tinha razão em relação ao que tem dito sobre o tarifário Águas do Ribatejo sublinhando que na última Assembleia Municipal de Alpiarça foram reprovadas pela bancada da CDU várias propostas do Todos Por Alpiarça sobre o assunto e que na Assembleia Municipal de Torres Novas, propostas idênticas foram aprovadas por unanimidade, acrescentando que a CDU de Alpiarça é diferente da CDU de Torres Novas. O Vereador questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação de uma ação ou procedimento judicial aprovado em reunião de câmara no mandato anterior contra o blogue Jornal Alpiarcense, considerando que o Presidente da Câmara tem utilizado o blogue para difundir posições que nem sequer passam pelo site ou pela página do facebook que deveriam ser os órgãos oficiais do município. Em relação ao facebook o Vereador lamentou que o Presidente da Câmara tenha retirado dois comentários seus da página do facebook, achando-se no direito enquanto vereador e munícipe de fazer os comentários que entender e opinou que o Presidente da Câmara pode ou não responder, mas que não deve apagar os comentários de modo a esconder as opiniões que lhe não são favoráveis, considerando que cortando os comentários faz lembrar a censura que existia antes do 25 de Abril. O Vereador finalizou dizendo que o Presidente da Câmara enviou um comunicado para o Jornal Alpiarcense no qual há uma frase que citou *“onde jaz o imundo lixo político que pouso em Alpiarça”*.

O Vereador Pedro Gaspar disse que depois de uma intervenção tão intensa do Vereador Francisco Cunha e com tanta matéria para responder, sublinhou que não trouxe propositadamente qualquer assunto ao período antes da ordem do dia e que apenas desejava usar da palavra para deixar um voto sincero de um Bom Ano 2014 para todos, que seja um ano mais próspero e mais alegre e que estas divergências de posições que se vão manter sejam produtivas para a nossa terra e para os nossos

cidadãos.

O Presidente da Câmara começou por responder ao Vereador Francisco Cunha dizendo que a maioria do Executivo alpiarçense atua de forma séria e transparente e que a documentação que temos no Município de Alpiarça enquadrada pela Lei é pública e está ao alcance de quem a deseja obter. Adiantou que houve um conjunto de requerimentos entregue pelo Vereador que foram remetidos aos Serviços e foi enviado aquilo que lhe era devido. Relativamente às propostas disse já ter tido oportunidade de dizer que deveriam ter sido levadas à reunião preparatória do Plano de Atividades e do Orçamento da Câmara Municipal e as propostas avulsas que tiverem um impacto financeiro significativo sobre o município não podem ser analisadas casuisticamente e que a intervenção da Câmara Municipal irá cingir-se ao Plano de Atividades e Orçamento entretanto aprovados, não significando que outras propostas pontuais não venham a ser discutidas e votadas desde que não alterem as metas definidas nos documentos previsionais. Sobre o Boletim Municipal disse que já foi um assunto aqui debatido em reunião e que o Município de Alpiarça só a fala a uma voz que não faz sentido que nos órgãos oficiais do município haja o combate político. A oposição tem os meios próprios para fazer a divulgação das suas propostas e do seu trabalho. Relativamente à página do facebook o Presidente da Câmara disse também que não faz sentido um vereador que tem o seu espaço próprio no município colocar comentários quando tem a sua página própria para o fazer e entende que esse tipo de comportamento não ajuda à dignificação da democracia.

Relativamente aos Bombeiros Municipais o Presidente da Câmara disse ter tido conhecimento através do Comandante Interino que houve uma ou outra situação em que os bombeiros que não estavam de serviço não responderam com a devida celeridade a situações de emergência após o toque da sirene e que se estão a proceder em articulação com o Gabinete Jurídico a averiguações para apuramento de eventuais responsabilidades. Quanto às condições para os bombeiros fazerem o seu trabalho é uma preocupação do município criar e manter condições de qualidade, há um peso muito grande da estrutura dos Bombeiros Municipais ao nível das finanças municipais e é importante que as pessoas percebam o peso que tem uma estrutura profissional de Bombeiros num concelho tão pequeno como o nosso, com implicações inclusive ao

nível de rácios de pessoal. Relativamente ao acidente ocorrido na Monliz disse desconhecer a situação e que se iria inteirar do assunto junto do Comandante.

Sobre as Águas do Ribatejo, disse que é mais um assunto recorrente que já foi abordado não só em Reuniões de Câmara como de Assembleia Municipal. Entende que a melhor forma de defender os interesses de Alpiarça é manter uma empresa com a estrutura que tem neste momento, ou seja 100% municipal, que procura fazer uma gestão da água e do saneamento destes municípios da Lezíria do Tejo nas melhores condições possíveis, sendo a Águas do Ribatejo a que pratica os preços mais baixos da Região e em que os aumentos propostos são inferiores aos que tinham sido aprovados aqui por unanimidade quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, que são aumentos necessários à sustentabilidade e à rentabilidade da empresa. O Presidente da Câmara comunicou que na próxima 5.^a feira está prevista uma sessão pública de esclarecimento aberta a toda a população, sobre todos os assuntos referentes às Águas do Ribatejo. Relativamente ao Jornal Alpiarcense houve um processo que foi levantado na Câmara relativamente a alguma matéria que tinha sido trazida a público pelo blogue de situações perfeitamente absurdas que não correspondiam à verdade e houve um entendimento do Ministério Público de arquivamento do processo. O Presidente da Câmara admitiu que houve uma alteração de relacionamento entre a Câmara Municipal e o blogue em questão, porque o que se pretende é que haja equilíbrio, transparência e seriedade no modo como são tratados os assuntos políticos de Alpiarça. O Vereador Cunha perguntou quais foram as condições impostas para que houvesse uma mudança radical na linha editorial do blogue relativamente ao Presidente da Câmara de Alpiarça. O Presidente da Câmara respondeu que a única condição imposta é que tudo o que for enviado para o blogue por si ou pela sua força política vai assinado e como tal não deve ser objeto de comentários, insinuações e mentiras anónimas. Quanto a um comentário enviado por si para o Jornal Alpiarcense em que escreveu a frase *“onde jaz o imundo lixo político que pouso em Alpiarça”*, disse que não é habitual em si, pediu desculpa por isso, mas que se deveram às circunstâncias do momento e se referem precisamente a abordagens que são perfeitamente absurdas da nossa vida política e que têm a ver com a alteração da data da presente reunião, a pedido de um vereador, e que foi antecipada num dia com a

concordância de todos os vereadores e com uma semana e tal de antecedência o Presidente da Câmara informou a ocorrência e o tal “lixo político” de que falou veio anonimamente desvirtuar uma situação perfeitamente normal.

Neste momento o Presidente da Câmara interrompeu a reunião. Após o recomeço o Vereador Francisco Cunha disse que continua em falta vária documentação pedida por si e enumerou a documentação que ainda não lhe foi entregue. Disse que não concorda com a posição tomada pelo Presidente da Câmara sobre a página do facebook e entende que enquanto munícipe e vereador tem legitimidade para comentar as matérias lá colocadas pelo Presidente da Câmara. Sobre as Águas do Ribatejo também acha que a água não deve ser privatizada, mas considera que esta empresa é a que está a fazer mais aumentos, mais do que a eletricidade e mais do que os transportes. Em relação às datas das reuniões disse que há um calendário pré-estabelecido e que procura cumprir, porém já aconteceram alterações de datas e de horários e que não se opôs porque ele próprio pode ter essa necessidade, acrescentou que se existiram comentários ou algum desconforto pelo facto de ter ocorrido a antecipação desta reunião não tem nada a ver com isso e disse não ter visto necessidade do Presidente da Câmara ir fazer comunicações para um blogue onde apareceu a célebre frase do lixo político.

O Vereador Pedro Gaspar disse que não era sua intenção intervir neste ponto, mas face ao que foi dito opinou que o mundo mudou na forma como os políticos comunicam com os cidadãos e como os cidadãos comunicam com os políticos. Disse que os partidos terão de se preparar para esta realidade onde cada cidadão marcará mais vincadamente a sua posição. Acrescentou que tanto o PS como ele próprio se relacionam com o Jornal Alpiarçense e que não há forma de evitar que algo que se escreve publicamente não seja alvo de comentários. Terminou dizendo que todas as forças representadas na Câmara de Alpiarça terão de estar preparadas para serem escrutinadas de uma forma mais violenta onde não há regras, e quando não há regras é a personalidade de cada cidadão que vai marcar o timbre desse tipo de comunicações.

O Presidente da Câmara para finalizar disse que tem tentado fazer um esforço para evitar que a imagem de cada um dos membros do Executivo e o próprio Executivo

saíam desgastadas deste processo que é uma situação completamente nova em que pela primeira vez as reuniões de Câmara são filmadas e colocadas em bruto na Internet e expõe muito mais o Executivo do que anteriormente e por isso todos temos de fazer um esforço para cumprirmos as regras definidas e nessas regras é evidente que todos têm o seu espaço e o seu tempo para intervirem. Defendeu que o esforço também tem de ir no sentido de haver respeito por quem tem a função de dirigir as reuniões e desse em relação aos outros. Este último papel cabe ao Presidente da Câmara a quem também compete falar e votar em último lugar como se encontra definido.

Para terminar este período o Presidente da Câmara referiu que embora esteja definido em Lei que apenas devem ver votados os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, tratando-se de um caso excecional de um voto de pesar, autorizou o Vereador Francisco Cunha a apresentar um Voto de Pesar pelo recente falecimento do jogador de futebol Eusébio da Silva Ferreira.

O Vereador Francisco Cunha disse que não se opunha a que todo o Executivo subscrevesse este documento que estava a apresentar e fez a sua leitura.

O Presidente da Câmara pegando na sugestão do Vereador Francisco Cunha propôs então que apenas se fizessem umas ligeiras alterações ao texto para que pudesse ser subscrito por todo o Executivo e pôs o Voto de Pesar à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 – Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Sul. Agradecimento na colaboração e ajuda concedida na divulgação e realização do seu Peditório Nacional 2013.

Deu-se conhecimento.

Ponto 2 - Proposta n.º 1/2014 do Vereador João Pedro Arraiolos. Parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços jurídicos na modalidade de avença.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta. O Vereador João Arraiolos informou que se trata de aquisição de serviços jurídicos na modalidade de avença pelo valor mensal de €

1.930,00 (mil novecentos e trinta euros) ao advogado Francisco Madeira Lopes, tem um período de duração de 9 meses, prolongando-se até 30 de Setembro de 2014, em virtude de ser uma renovação e uma vez que alteração do período de duração implicaria a assinatura de novo contrato.

Os Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha fizeram intervenções mostrando o seu desagrado por esta contratação.

O Presidente da Câmara deu as necessárias explicações no âmbito do que foi dito pelos vereadores e alegou que não haverá duplicação de funções por haver uma jurista, que a Câmara tem necessidade de ter um advogado que a represente, que a câmara sempre teve contratos de avença com advogados, que o valor contratado é inferior ao contratualizado anteriormente e considerou que o facto do advogado Francisco Madeira Lopes ser vereador na câmara de Santarém não é motivo para não poder ser advogado da câmara de Alpiarça.

O Vereador João Arraiolos deu mais umas achegas ao que tinha dito o Presidente da Câmara referindo que a verba de €75.000,00 imposta pela contratação pública não será ultrapassada e que a câmara municipal está satisfeita com o trabalho desenvolvido pelo jurista.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com os votos contra dos Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.

Em declaração de voto, o Vereador Francisco Cunha disse que votou contra, não contra o recrutamento de um advogado ou de um escritório de um advogados, que compreende que é necessário, mas por achar que a verba é exagerada e que deveria ser dada preferência a advogados de Alpiarça.

Ponto 3 – Proposta n.º 2/2014 do Vereador João Pedro Arraiolos. Parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área da geografia, na modalidade de avença.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta. O Vereador João Arraiolos informou que se trata de pedido de emissão de parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área da geografia, na modalidade de avença. Mais informou que vai ser cumprida a redução da remuneração prevista na Lei e o

contrato vai passar de € 1.365,00 para € 1.230,00 (mil duzentos e trinta euros).

O Vereador Pedro Gaspar criticou o facto da dotação inicial desta rubrica orçamental ser de apenas cinquenta euros, o que segundo já antes tinha afirmado é indicador do orçamento ser pouco rigoroso, ou então não haveria intenção de renovar o contrato em questão.

O Vereador Francisco Cunha fez praticamente suas as palavras do Vereador que o antecedeu, mas adiantou que não votará contra este contrato, sabe que a funcionária com quem se vai renovar o contrato é competente, é de Alpiarça e só lamenta que vá baixar o salário, que fará naturalmente falta ao seu agregado familiar.

O Presidente da Câmara deu os necessários esclarecimentos aos senhores vereadores e pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Município de Alpiarça - Conta da Empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça.

O ponto foi retirado e volta à próxima reunião uma vez que se verificou a falta de anexação de alguma documentação.

Ponto 5 - Município de Alpiarça – Alienação do direito de superfície dos lotes de terreno n.ºs 45, 46, 47 e 48 da Zona Industrial. Informação Interna n.º 46/2013 do Gabinete Jurídico. Ratificação.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao eng.º Portugal de Sousa para fazer a contextualização da ratificação desta decisão.

O técnico superior em questão informou que as transmissões de lotes de terreno na Zona Industrial apenas são permitidas desde que devidamente autorizadas por escrito pela Câmara Municipal de Alpiarça, entidade que tem o direito de preferência na alienação dos lotes. Caso a Câmara de Alpiarça não exerça o direito de preferência na alienação e sendo a transmissão autorizada, deverá o titular do direito de superfície dos lotes pagar à autarquia uma certa compensação calculada nos termos do n.º 5, artigo 16.º do Regulamento da Zona Industrial de Alpiarça. Ora no caso vertente a Câmara Municipal de Alpiarça autoriza a alienação do direito de superfície dos lotes de terreno em epígrafe, não exercendo esta o direito de preferência na alienação referida, desde que seja assegurado o pagamento da compensação devida à Câmara Municipal nos termos do n.º 5, artigo 16.º do Regulamento da Zona Industrial de Alpiarça.

Esclarecida uma pequena dúvida suscitada pelo Vereador Pedro Gaspar o Presidente da Câmara pôs este ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Pedro Gaspar.

PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa que fez uma intervenção sobre o tema Águas do Ribatejo e sobre o aumento dos preços que tem considerado excessivos, tendo obtido as necessárias respostas por parte do Presidente da Câmara.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.